



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo

Data: 31/10/2017

Caderno/Link: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931697-eliminar-desmatamento-retiraria-06-do-pib-ate-o-ano-2030.shtml>

Assunto: Eliminar desmatamento retiraria 0,6% do PIB até o ano 2030

Eliminar desmatamento retiraria 0,6% do PIB até o ano 2030

Diego Padgurschi/Folhapress



Produção de eucaliptos avança sobre a Mata Atlântica na região sul da Bahia

MARCELO LEITE
DE SÃO PAULO

31/10/2017 © 02h00



Compartilhar



< 10 mil



OUVIR O TEXTO



Mais opções

O custo de reduzir a zero o desmatamento no Brasil é muito baixo. Erradicar a derrubada de áreas de floresta amazônica, cerrado e mata atlântica –principais biomas brasileiros para a produção agropecuária– diminuiria em R\$ 46,5 bilhões o PIB acumulado até 2030.



A cifra está num estudo do Instituto Escolhas lançado nesta segunda-feira (30). Ela corresponde a R\$ 3,1 bilhões anuais, menos de um terço do subsídio incluído no Plano Safra 2017/18 (R\$ 10 bilhões).

A grande questão, no entanto, é quanto custa –em emissões de carbono, recursos hídricos, biodiversidade– seguir desmatando como se faz no país todos os anos. Mas esta pergunta o relatório "Qual o Impacto do Desmatamento Zero no Brasil?" não responde.

GANHOS AMBIENTAIS

"O ganho ambiental é gigantesco, em genética e recursos naturais que se perdem [com o desmatamento]", afirma Joaquim Bento de Souza Ferreira Filho, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), responsável pela estimativa.

"A dificuldade é quantificar. Se não tiver uma base muito consistente, [o cálculo] não vai ser aceito", explica. "Modelar e quantificar serviços ecossistêmicos é impossível, hoje. Emissões de carbono, OK. Mas qual o valor da biodiversidade?"

O estudo do Instituto Escolhas limitou o foco ao impacto negativo sobre o PIB, sem dar atenção para os ganhos (com produtos florestais, por exemplo). Uma abordagem conservadora, que buscou reproduzir o ponto de vista do produtor rural, sobretudo o do pecuarista.

A agropecuária se expandiu no país com a abertura de áreas de mata natural. Conter a devastação implica restringir essa atividade e pode reduzir sua produção –a não ser que se aumente a produtividade, como de resto já vem acontecendo.

A modelagem do impacto no PIB partiu de dados obtidos com simulações sobre uso da terra produzidas por Gerd Sparovek, da Esalq, Vinicius Guidotti e Luis Fernando Guedes Pinto, ambos do instituto Imaflora.

A partir dos quatro cenários definidos (veja infográfico), o trio gerou mapas e tabelas por Estado indicando, ano a ano, qual a área disponível para produção –cultivos anuais, gado bovino etc. Com menos terra disponível para expansão, o PIB cai.

Muito pouco, no entanto: 0,62% em termos nacionais (a média de R\$ 3,1 bilhões ao ano já mencionada). O agronegócio como um todo, incluindo insumos, serviços e indústrias associadas, representou 20% do PIB em 2016, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq).



O PESO DO BOI

Considerado só o produto da terra diretamente impactado pela redução no desmatamento, essa fatia cai para menos de 5%. Isolando a pecuária, a parcela se revela diminuta, 1,7% do PIB.

Segundo Ferreira Filho, a pecuária sofre maior impacto porque as terras disponíveis, na medida em que escasseiam, tendem a ser ocupadas por atividades mais rentáveis. Toda a expansão do cultivo de cana após o Proálcool, mesmo em território paulista, se deu sobre antigas áreas de pastagem.

Criar gado, em particular com a baixa produtividade da pecuária extensiva brasileira (grosso modo, uma cabeça por hectare), gera menos renda que commodities como a soja e o milho.

Esse eventual prejuízo para pecuaristas pode ser revertido com algum investimento em eficiência, aponta o estudo do Instituto Escolhas. Com ganho anual de 0,29% na produtividade da pecuária de corte e de 0,13% na leiteira já seria possível reverter as perdas na produção desses dois ramos, indica a simulação de Ferreira Filho.

Se é pequeno o impacto da redução do desmatamento no PIB nacional, em termos agregados, o mesmo não vale sob o prisma regional. Sofrerão mais as economias dos Estados em que o setor agropecuário tem maior participação e onde há bom estoque de florestas para derrubar.

Os que têm mais a perder são Acre (-4,5% do PIB estadual), Mato Grosso (-3,2%) e Rondônia (-3%). Seria imprescindível criar políticas específicas para compensar a perda de emprego e renda nessas regiões, apontou o debate de lançamento do estudo no auditório do Insper.

PREÇO ALTO A PAGAR

Ainda no governo Dilma Rousseff (PT), o Planalto descartou a meta do desmatamento zero e se comprometeu apenas com eliminar o corte ilegal de florestas –ou seja, cumprir plenamente a lei só em 2030– como contribuição do Brasil para combater a mudança do clima.

Michel Temer (PMDB) segue na mesma picada e comemora como vitória uma área desmatada de 6.624 km² na Amazônia em 2016/17, o equivalente a um terço do Estado de Sergipe –em um ano.

A agropecuária nacional segue como o grande poluidor climático do país, gerando 74% de suas emissões de carbono. Quanto mais o Brasil demorar para reduzi-las, mais caro lhe custará cumprir as metas do Acordo de Paris.



COMO FOI FEITO O ESTUDO



PONTO DE PARTIDA



1 Ponto de partida foi o Atlas Agropecuário, que reconstituiu a malha fundiária do país –áreas públicas e privadas– a partir de várias bases de dados

2 Aplicando as regras do Código Florestal às propriedades rurais, mapeou-se toda a vegetação nativa que pode ser legalmente desmatada

3 Com base na informação histórica disponível, estimaram-se ano a ano as taxas de desmatamento na floresta amazônica, mata atlântica e cerrado até 2030

4 Sobre esse estoque de terras aplicou-se o mapa de terras privadas mais aptas para cultivos anuais, nas quais se justificaria que houvesse desmate legal

BIOMAS

- Amazônia
- Cerrado
- Mata Atlântica



5 Montaram-se então quatro cenários para trajetórias futuras de desmatamento nesses três biomas: floresta amazônica, mata atlântica e cerrado

CENÁRIOS



RESULTADOS

DAS MATAS NÃO PROTEGIDAS NOS TRÊS BIOMAS:

BAIXA APTIDÃO
PARA AGRICULTURA

520 mil km²

80%
do total

ALTA APTIDÃO
PARA AGRICULTURA

115 mil
km²

20%
do total

DESMATAMENTO ATÉ 2030
NA LINHA DE BASE

137 mil km²

74 mil km²
na Amazônia



3 mil km²
na Mata Atlântica



60 mil km²
no Cerrado



IMPACTO NO PIB

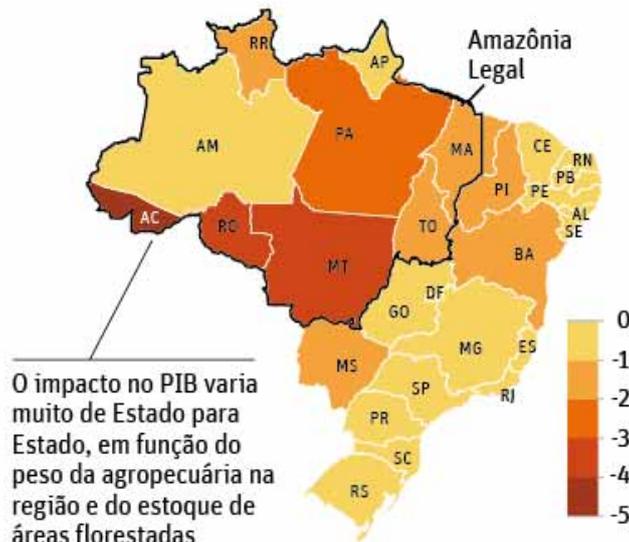
No melhor cenário para o desmatamento (Zero absoluto), o PIB nacional acumulado entre 2016 e 2030 sofreria redução discreta, de

-0,62% = R\$ 3,1 bi/ano

A perda no PIB da pecuária poderia ser revertida pequenos aumentos anuais de produtividade:
+0,29% - produção de carne
+0,13% - produção de leite

Variação % no PIB dos Estados

AC	-4,53
MT	-3,17
RO	-3,07
PA	-2,05
RR	-1,47
MS	-1,11
MA, TO, PI e BA	-1,04
GO e DF	-0,99
PR, SC e RS	-0,65
AP	-0,64
AM	-0,55
MG	-0,48
CE, RN, PB e SE	-0,44
PE e AL	-0,40
SP	-0,38
ES e RJ	-0,17



Fontes: www.imaflorea.org/atlasagropecuario; "Qual o Impacto do Desmatamento Zero no Brasil?", Instituto Escolhas

